

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Nacional

Data: 30/09/2025

Local da realização da atividade: Virtual

Relator (es): Carolina Di Lello e Alexandre Cavalcanti

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Ilha de Itaparica possui 120 terreiros segundo levantamento contratado para avaliação de impacto ambiental da construção da ponte Salvador Itaparica. A política não atua na prática. Já existe um conjunto vasto de legislação que protege o povo de terreiro, mas na prática não gera efetiva proteção	Compromisso real do governo federal para garantir o direito de ser ouvido respeitado nos empreendimentos que impactam práticas e territórios tradicionais.
não consultam povos tradicionais sobre nada e passam por cima.	Órgãos licenciadores municipais, estaduais e federais (ambientais, IPAC) não devem autorizar licença de instalação se não houver aprovação das comunidades tradicionais impactadas.
	Cadastramento e autorreconhecimento das casas de povos de terreiros.
Os terreiros não tombados são excluídos	Política pública específica para terreiros em territórios ameaçados. Plano de salvaguarda dos terreiros em territórios ameaçados.
Falta de capacitação do corpo técnico para instruir processos de reconhecimento e salvaguarda	Capacitação técnica e normativa que reverbera nos estados para difundir como referência
	Elaboração de capacitação e normativa para preservação de terreiros planejado em conjunto aos estados e municípios
Falta de vontade política para preservar terreiros	Estabelecimento de metas e instituição de um programa de preservação de terreiros

	Reconhecer os terreiros como sujeitos ativos na formulação e execução das políticas públicas.
Fiscalização não é dialógica	O processo dialógico e concordância é premissa para o tombamento de comunidade tradicional
Terreiros não tombados são invisibilizados	Os Terreiros que são oriundos de Territórios em ameaça de sua existência, eles precisam fazerem parte de um registro como patrimônio imaterial nos âmbitos municipal e estadual, mesmo sem tombamento físico. Isso deve estar no plano enquanto estratégia de políticas específicas de salvaguardar as memórias.
Ausência de entendimento conceito de Ulpiano Bezerra de paisagem como fator cultural	Reconhecimento como territórios de matriz africana: Fortalecer a noção de território sagrado e cultural, não apenas edificação
Dificuldade de acesso aos ao direito e ao recurso	Adequar os instrumentos para respeitar a forma de construir e transmitir a forma de existir dos terreiros. Sensibilizar a tradição oral na instrução dos processos
O estado possui uma prática que não comprehende a realidade das comunidades tradicionais que é patrimônio vivo. Implica em uma gestão que envolve outra cosmovisão.	Ampliar espaços de representatividade, comitê gestores territoriais. Comitê em diálogo entre união, estados e municípios.
Órgãos de patrimônio não oferecem suporte para as comunidades tradicionais atenderem à burocracia do estado	É preciso haver uma mudança epistêmica dos processos de patrimonialização
Falta de representatividade para falar pelos grupos sociais interessados	Normatização para participação efetiva, deliberativa na gestão do patrimônio
Falta de recursos	Instrumento de legitimação das representações nas instâncias de participação
Diálogos difíceis entre comunidades e estado mesmo para terreiros tombados	

conflitos de interesse do estado em relação aos povos e comunidades tradicionais principalmente dos povos de terreiros	
Reconhecimento de alguns terreiros não podem servir para legitimar outros terreiros no processo de desenvolvimento que prioriza uns e não a existência de todos.	Criação de planos intersetoriais, que envolvam cultura, meio ambiente, saúde e educação, pois a preservação do patrimônio dos terreiros não se separa da vida comunitária nem da natureza que os sustenta.
A política não alcança a preservação dos terreiros, mesmo os tombados	Priorização da preservação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais nos processos de desenvolvimento econômico nacional
Criação de novos mecanismos, enquanto os instrumentos já existentes não funcionam	Política específica de reconhecimento e proteção das memórias e territórios dos povos de terreiros
Entraves para se tomar territórios em perigo	Reconhecer a complexidade da matriz cultural brasileira, que não somos uma identidade única, mas diversa, e cada uma com sua própria cosmovisão, organização social, governança e etc.
	Produção de conhecimento e visibilidade: • Construção de Mapas Afetivos e Cartografias Culturais: Que evidenciem a presença dos terreiros em territórios em processo de desenvolvimento territorial
	Que o cadastro de terreiros seja considerado no SAIP para sua proteção no processo de licenciamento
	Retomada do grupo de trabalho do Iphan para proteção dos terreiros
	Criar um processo de certificação dos terreiros, capitaneado pelo MIR
	Ampliar os canais de participação da sociedade civil

	- Fóruns permanentes de diálogo entre povos de terreiro e órgãos públicos em todas as esferas.
Descontinuidade da política públicas em razão das mudanças de governo	
	Ampliar a proteção dos terreiros como patrimônio imaterial
	Criar marcos legais que reconheça os terreiros como espaços de memória, cultura e espiritualidade
	Formar lideranças de terreiro que atuem na política pública de patrimônio
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
	Discutir novas concepções de patrimônio que fujam, inclusive, desta dicotomia material x imaterial. Isso abrange tanto os patrimônios de terreiros, mas também de outras comunidades tradicionais, como frete e fecho de pasto, marisqueiras, geraizeiras, povos originários e etc
	- Educação e conscientização em escolas e comunidades, valorizando a história e a contribuição dos povos de terreiro.
	- Centros de memória e pesquisa comunitária: espaços geridos pelos próprios terreiros para registrar, salvaguardar e difundir seus saberes.
	Aproximação dos terreiros com o MIR.
	Cadastro municipal e estadual de povos de terreiros para dar acesso à alguma forma de proteção
Superar o racismo religioso institucional, que impede o acesso às políticas de patrimônio	

Falta de critérios que considere território e espiritualidade no processo de acautelamento	
	Marcos legais que reconheça os terreiros como espaços de memória, cultura e espiritualidade para além do não tombado
	Formar lideranças para atuação em política pública de patrimônio cultural
	<p>É preciso criar mecanismos que incentivem a presença e a escuta dos jovens nos espaços de decisão, nos conselhos de cultura e nos fóruns de diálogo. Mais do que espectadores, eles devem ser reconhecidos como agentes de salvaguarda, capazes de unir o conhecimento ancestral com ferramentas contemporâneas – seja na educação, na tecnologia ou nas lutas sociais.</p> <p>Sem a juventude, não há transmissão de saberes, não há continuidade da memória, não há futuro para o patrimônio.</p>
	Titulação dos terreiros

Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Desafios	Oportunidades
Falta de recurso e estruturas para preservação do patrimônio de povos de terreiros	- Linhas de financiamento específicas para projetos de preservação e salvaguarda, incluindo sustentabilidade ambiental.
Política de fomento que promove a concorrência entre terreiros	Criar instrumentos de fomento que levem o recurso diretamente aos terreiros
Falta de visibilidade para terreiros não tombados nos editais	Edital de fomento estadual ou municipal para grupos culturais tradicionais cadastrados
como dinheiro no terreiro pode ser pensado e implantando várias ações de geração de renda para as pessoas de povos de terreiros?	

	editais com linguagens simplificadas e desburocratizadas

Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática

Desafios	Oportunidades
	- Proteção territorial e ambiental: criação de áreas de proteção para nascentes, árvores e folhas sagradas, além de apoio ao manejo sustentável.
Como os saberes relacionados à natureza dos povos de terreiros podem ser incorporados na estratégia de combate à emergência climática?	
Ausência de consulta prévia, livre e informada sobre empreendimentos que impactarão nossas formas de vida, cultura e religiosidade.	
	Levantamento dos terreiros sob ameaças, verificação de entraves burocráticos ao tombamento, ainda que provisório, como forma de salvaguardar os territórios.
Racismo ambiental e religioso	
Falta discussão no campo do patrimônio sobre a relação da preservação dos bens e a emergência climática	

	Incorporar o letramento climático no processo de preservação/salvaguarda dos bens
Falta de proteção ambiental dos espaços sagrados	
	as mudanças climáticas exigem com urgência a titularidades e doação de territórios terras para o povo de terreiro
	titularidades e doação de territórios terras para o povo de terreiro